REGIMENTO INTERNO

Comitê Intersetorial de Políticas Públicas Juventude do Estado de Pernambuco - CIPPJ

Art. 1º. O presente Regimento Interno tem por finalidade disciplinar a estrutura e o funcionamento do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Pernambuco, instituído pelo Decreto Estadual nº. 39.854, de 19 de setembro de 2013, que sofreu alterações pelo Decreto Estadual nº 41.590, de 30 de março de 2015.

Capítulo I

Da Natureza e Finalidades:

Art. 2º. O Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Pernambuco, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, tem a finalidade de propor, articular, integrar e promover as políticas públicas destinadas a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos.

Capítulo II

Da Composição:

Art. 3º. O Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Pernambuco, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, através da Secretaria Executiva de Políticas para Criança e Juventude, é composto por 02 (dois) representantes, sendo um titular e um suplente de cada uma das seguintes Secretarias, Fundações e órgãos do Estado de Pernambuco:

- I. Assessoria Especial ao Governador;
- II. Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE;
- III. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE;
- IV. Gabinete de Projetos Estratégicos;
- V. Secretaria da Casa Civil;
- VI. Secretaria da Mulher;
- VII. Secretaria das Cidades;
- VIII. Secretaria de Administração;
- IX. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária;
- X. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- XI. Secretaria de Cultura;
- XII. Secretaria de Defesa Social;
- XIII. Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- XIV. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;
- XV. Secretaria de Educação;
- XVI. Secretaria de Habitação;
- XVII. Secretaria de Imprensa;

- XVIII. Secretaria de Justiça e Direitos Humanos;
- XIX. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- XX. Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Qualificação e Trabalho;
- XXI. Secretaria de Planejamento e Gestão;
- XXII. Secretaria de Saúde;
- XXIII. Secretaria de Transportes; e
- XXIV. Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer.

§ 1º. Os integrantes do Comitê serão designados por portaria do Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado, após indicação das respectivas Secretarias, Fundações e órgãos do Estado de Pernambuco, que poderão ser substituídos a qualquer tempo.

§ 2º. A representação no Comitê não dá direito à percepção de qualquer espécie de remuneração ou subsídios para seus membros.

§ 3º. Será considerada desistente do Comitê as Secretarias, Fundações e órgãos do Estado de Pernambuco que deixarem de comparecer, por si ou pela pessoa indicada para exercer a representação, em mais de quatro reuniões consecutivas, sem justificativa, ou em seis intercaladas no mesmo exercício.

§ 4º. O Comitê poderá convidar outros representantes do Governo Estadual ou da Sociedade para participarem das reuniões, sem direito a voto, com fins de contribuição das Políticas Públicas de Juventude.

Capítulo III

Das Atribuições:

Art. 4º. Ao Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Pernambuco compete:

- I. Acompanhar a execução do Plano Estadual de Juventude, instituído pela Lei nº 13.603, de 31 de outubro de 2008, juntamente com o Comitê Gestor do Plano, segundo disposto no art. 3º da Lei nº 13.608, de 31 de outubro de 2008, que aprova o Plano Estadual de Juventude, bem como, coordenar a formulação dos próximos Planos;
- II. Realizar diagnóstico permanente das ações setoriais voltadas à juventude desenvolvidas pelos órgãos e entidades estaduais;
- III. Fomentar a expansão do conhecimento dos diversos âmbitos da vida juvenil, a fim de possibilitar o entendimento desta condição;
- IV. Propor recomendações a instituições públicas ou privadas sobre as políticas públicas de juventude;
- V. Impulsionar e acompanhar as políticas executadas na área de juventude no âmbito do Governo Estadual;
- VI. Propor metas e linhas programáticas setoriais do Plano Estadual de Juventude aos órgãos e entidades do Poder Executivo, juntamente com o

- Comitê Gestor do Plano, segundo disposto no art. 3º da Lei nº 13.608/2008, que aprova o Plano Estadual de Juventude; e
- VII. Realizar demais ações necessárias à revisão e à implementação do Plano Estadual de Juventude.

§ 1º. As diretrizes relativas à orientação governamental às políticas de Juventude, citadas no inciso I, serão criadas pelas Comissões citadas no inciso III do art. 6º, e organizadas de forma a proporcionar a realização da execução, monitoramento e a avaliação das ações relacionadas à Juventude.

Art. 5º. Para o cumprimento de sua finalidade e a realização de suas atribuições, adotará o Comitê as seguintes diretrizes estratégicas:

- I. Estímulo à atuação em parceria das esferas governamentais e não governamentais, como modo de fortalecer a rede social existente e envolvê-la nas atividades de promoção das juventudes;
- II. Desenvolvimento de metodologias próprias para a promoção de políticas públicas de juventude.

Capítulo IV

Da Estrutura e Funcionamento:

Art. 6º. O Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Pernambuco compor-se-á de:

- I. Plenária;
- II. Mesa Diretora;
- III. Comissões;
- IV. Coordenação Técnica.

Sessão I

Da Plenária:

Art. 7º. A Plenária é o órgão decisório máximo e responsável pelas atribuições do Comitê Estadual de Políticas Públicas de Juventude previstas no Decreto Estadual nº. 39.854, de 19 de setembro de 2013.

Parágrafo Único. Compete à Plenária:

- I. Escolher, por votação, os membros que compõem as Comissões, bem como sua alteração;
- II. Eleger os componentes da Mesa Diretora;
- III. Aprovar ou rejeitar as diretrizes relativas à orientação governamental às políticas de Juventude, notadamente aquelas elaboradas pelas Comissões;
- IV. Aprovar ou rejeitar o Relatório das Comissões que analisaram o Plano Estadual de Juventude;
- V. Aprovar ou rejeitar as propostas de alteração do presente Regimento;

- VI. Discutir todas as matérias afetas ao Comitê Estadual e Comitês Municipais de Juventude, expedindo Orientações Normativas, quando necessário;
- VII. Analisar e resolver, como último grau recursal, as controvérsias dos Comitês Municipais de Juventude.

Art.8º. As sessões plenárias realizar-se-ão da seguinte maneira:

- I. A sessão ordinária será realizada mensalmente, conforme calendário organizado pela Mesa Diretora.
- II. Ocorrerá sessão extraordinária sempre que houver matéria urgente a ser examinada, sendo discutidos assuntos que determinaram a sua convocação.
- III. A convocação extraordinária será realizada pelo Presidente da Mesa Diretora, em horário previamente estabelecido, através dos meios de comunicação.
- IV. As reuniões da Plenária serão convocadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, através de mensagem, acompanhada do expediente e ordem do dia.
- V. O início dos trabalhos será no horário marcado com a presença mínima de um terço de seus componentes em primeira chamada e, em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número.

§1º. As sessões plenárias constarão de expediente e ordem do dia.

I - O expediente abrangerá:

- a) Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
- b) Avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse da Plenária;
- c) Outros assuntos de caráter geral do interesse do Comitê Estadual.

§2º. A ordem do dia compreenderá a apresentação e discussão da matéria levada à plenária pelo Presidente da Mesa Diretora.

Art.9º. As deliberações serão tomadas pelo voto:

- I. Da maioria simples dos seus integrantes presentes à Sessão Plenária, quando da segunda chamada, que trata o inciso V do art. 8º, relativamente às matérias comuns e extraordinárias;
- II. De 2/3 dos presentes à Sessão Plenária, quando da segunda chamada, que trata o inciso V do art. 8º, relativamente às propostas de alteração do presente Regimento.

Sessão II

Da Mesa Diretora:

Art. 10. A Mesa Diretora é o órgão responsável pela organização e funcionamento da Plenária.

§1º. A composição da Mesa Diretora, referida no caput, será de quatro representantes, escolhidos entre os representantes dos órgãos que compõem o Comitê, listados no art. 3º deste Regimento.

§2º. Os representantes eleitos, referidos no §1º deste artigo, exercerão as seguintes funções:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Primeiro Secretário; e
- d) Segundo Secretário.

§3º A Mesa Diretora será eleita para mandato de um (01) ano, podendo ser reeleito por igual período, em sessão plenária a partir da publicação deste Regimento, convocada para este fim, com antecedência de oito dias, sendo empossada 72 (setenta e duas) horas após a publicação, no Diário Oficial do Estado, do resultado das eleições, no mesmo exercício civil.

Art.11. Compete ao Presidente e ao Vice-Presidente:

- I. Convocar e presidir sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, definindo a ordem do dia;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- III. Fixar o calendário das reuniões ordinárias;
- IV. Tomar as providências necessárias para o regular funcionamento do Comitê;
- V. Participar, quando necessário ou solicitado, das reuniões de Comissões;
- VI. Expedir instruções e documentação à organização referente ao Comitê;
- VII. Conceder e cassar a palavra;
- VIII. Resolver de plano as questões de ordem;
- IX. Encaminhar as decisões da Plenária aos órgãos competentes;
- X. Representar, ativa e passivamente, o Comitê;
- XI. Desempenhar todas as atribuições inerentes ao cargo.

Parágrafo Único. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de impossibilidade, tendo as mesmas atribuições.

Art.12. Em caso de vacância da Vice-Presidência, proceder-se-á a eleição, em sessão plenária convocada para este fim, dentre os demais componentes da Mesa Diretora, para completar o tempo que falta ao cumprimento do mandato.

Art 13. Compete ao Primeiro Secretário:

- I. Efetuar o registro da pauta, das decisões e dos encaminhamentos da Plenária;
- II. Auxiliar na organização e no desenvolvimento da reunião.

Parágrafo Único. O Segundo Secretário deverá auxiliar o Primeiro Secretário no exercício de suas atribuições, assim como substituirá o Primeiro Secretário nos casos de impossibilidade.

Sessão III

Das Comissões:

Art.14. As Comissões são os órgãos responsáveis pela elaboração das propostas de diretrizes relativas à orientação governamental às políticas de Juventude;

Art. 15. A constituição, temática e composição das Comissões serão propostas por escrito, de forma fundamentada, e protocoladas pelos representantes elencados no art. 3º deste Regimento, isoladamente ou em grupo, junto à Presidência da Mesa Diretora, com antecedência de 10 (dez) dias à data da realização da Sessão Plenária para Votação.

§1º - Cada Comissão será responsável por uma temática estabelecida pela Plenária.

§2º - O Funcionamento interno das Comissões será organizado pelos seus membros, que escolherão seu Coordenador (a) dentre os seus partícipes, observado o Regimento Interno do Comitê.

§3º- As proposições, feitas pelas Comissões, citadas nos incisos I e II deste artigo, serão apresentadas à Mesa Diretora, com antecedência de 10 (dez) dias à data da Sessão Plenária e serão submetidas à deliberação da Plenária.

Sessão IV

Da Coordenação Técnica:

Art. 16. Junto ao Comitê Estadual funcionará a Coordenação Técnica, integrada por um Coordenador, designado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, com as seguintes atribuições:

- I. Organizar a pauta das reuniões da Plenária e em consonância com as determinações da Mesa Diretora do Comitê Estadual;
- II. Preparar e expedir a correspondência e tratar do expediente de todos os órgãos do Comitê;
- III. Exercer as atividades de apoio administrativo às reuniões da Plenária e dos Projetos Institucionais;
- IV. Zelar pela organização, guarda e manutenção dos materiais produzidos ou endereçados ao Comitê ou a qualquer dos seus órgãos;
- V. Apresentar relatório semestral das atividades desenvolvidas, submetendo-o à consideração da Plenária na reunião ordinária;

- VI. Auxiliar na organização da retaguarda necessária à realização de eventos promovidos pelo Comitê ou por qualquer de seus órgãos;
- VII. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

Capítulo V

Das Disposições Gerais:

Art. 17. O comparecimento dos membros das organizações pertencentes ao Comitê Estadual será comprovada pela assinatura em documento próprio para este fim.

Art. 18. As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pela Plenária do Comitê Estadual.

Art. 19. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no DOE, revogando-se todas as disposições em contrário.